

ATA DE REUNIÃO

CONSELHO DE GESTÃO

N.º 5/2024

Aos dezoito dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas doze horas, teve início a reunião do Conselho de Gestão, do Instituto Politécnico de Santarém, no Gabinete de Senhor Presidente.

Estiveram presentes o Presidente, Prof. João Moutão, a Vice-presidente, Prof. Sónia Seixas e o Administrador, Dr. António Marques. Foi também convidada a estar presente na reunião, para apresentação e prestação de eventuais esclarecimentos, a Administradora dos Serviços de Ação Social, Prof. Isabel Barroso.

A reunião teve a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto 1: Informações.

Ponto 2: Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades consolidado, do ano de 2023.

Ponto 3: Aprovação da conta de gerência consolidada de 2023.

Ponto 4: Outros assuntos.

Iniciada a reunião, o Presidente de imediato passou ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 1: Informações.

1. Participação de Politécnicos e Escolas Não Integradas em Unidades de I&D: O Instituto Politécnico de Santarém participa em 7 unidades de gestão de I&D, das quais 2 são unidades de gestão principal e 5 são unidades de gestão participante.
2. Proposta de Lei MECI com base na PL 305/XXIII/2023: A nova proposta de lei visa reforçar as condições de emprego científico em Portugal, promovendo a estabilidade laboral dos investigadores, a progressão na carreira e a articulação com as carreiras docentes do ensino superior, combatendo a precariedade laboral.
3. Carta dos Serviços de Ação Social das Instituições de Ensino Superior Público: A carta destaca a necessidade urgente de revisão e atualização do referencial normativo que rege as políticas de

S. Seixas

Adm

ação social, desenvolvimento de novos modelos de financiamento para acabar com o subfinanciamento crónico, e a ampliação da oferta de apoios sociais indiretos, como alojamento, alimentação e saúde, através de parcerias e novos programas de financiamento.

Ponto 2: Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades consolidado, do ano de 2023.

O Conselho começou por apreciar o Relatório de Atividades consolidado, do ano de 2023. No âmbito desta apreciação foram sugeridas algumas alterações ao texto proposto, de modo a clarificar situações que poderiam suscitar dúvidas.

De seguida o Presidente colocou à votação o Relatório de Atividades consolidado, do ano de 2023, o qual foi aprovado por unanimidade dos membros do Conselho.

De seguida, passou-se para o ponto 3 da Ordem de Trabalhos.

Ponto 3: Aprovação da conta de gerência consolidada de 2023.

O Presidente começou por fazer referência aos aspetos mais importantes da conta consolidada do Instituto, diferenciando entre receita e despesa e fazendo uma perspetiva para o futuro:

Receita:

A execução orçamental da receita consolidada do IPSantarém e SAS em 2023 totalizou 31.735.173€, representando um aumento de 25,06% face a 2022. As principais componentes da receita foram:

- ✓ **Dotação do Orçamento de Estado (OE):** 15.279.566€ (48,15% do total), proveniente da fonte de financiamento 311. Este valor representa um ligeiro acréscimo de 1,26% face a 2022, refletindo a tendência de estabilização do financiamento público às instituições de ensino superior.
- ✓ **Receitas Próprias:** 5.057.083€ (15,94% do total), oriundas da fonte de financiamento 513. Registou-se um aumento de 8,90% nesta rubrica, essencialmente justificado pelo aumento do número de estudantes e pela atualização do valor das propinas, do alojamento e das senhas de refeição. Este crescimento evidencia o esforço do IPSantarém na diversificação das fontes de receita e na geração de receitas próprias.
- ✓ **Outras Fontes de Financiamento:** 6.941.808€ (21,87% do total), com destaque para as verbas provenientes de projetos nacionais e internacionais e da candidatura ao Plano de

Recuperação e Resiliência (PRR). O expressivo aumento de 170,55% nesta componente reflete a capacidade do IPSantarém de captar financiamento competitivo para o desenvolvimento de projetos estratégicos.

- ✓ **Investimento:** 1.500.000€ (4,73% do total), através da fonte de financiamento 313, destinado a projetos de modernização das infraestruturas e equipamentos.
- ✓ **Saldos Transitados:** 1.602.645€ (5,05% do total), provenientes de saldos de gerência anterior, e 578.252€ (1,82%) relativos a operações extra-orçamentais transitadas.

Em suma, a execução orçamental da receita em 2023 evidencia a sustentabilidade financeira do IPSantarém, assente numa combinação de financiamento público e receitas próprias, e a sua capacidade de atração de financiamento competitivo para o desenvolvimento estratégico da instituição. O crescimento de 25,06% da receita total face a 2022 reflete o dinamismo e o desempenho do IPSantarém num contexto desafiante.

Despesa:

A execução orçamental da despesa consolidada do IPSantarém e SAS em 2023 totalizou 27.423.205€, representando um aumento de 21,24% face a 2022. As principais componentes da despesa foram:

- ✓ **Despesas com pessoal:** 21.320.919€ (77,75% do total), incluindo remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e encargos com segurança social. Este valor representa um acréscimo de 23,12% face a 2022, refletindo a política de valorização dos recursos humanos do IPSantarém e o reforço do corpo docente e não-docente, em linha com o crescimento da atividade da instituição.
- ✓ **Aquisição de bens e serviços:** 3.472.239€ (12,66% do total), essenciais para assegurar o normal funcionamento da instituição e a qualidade do ensino. Registou-se um aumento de 6,96% nesta rubrica, influenciado sobretudo pela subida do custo da energia, com os preços do gás a disparar 65% e os da eletricidade 2,4% em 2022, segundo o Eurostat. Este aumento está também associado à taxa de inflação média anual de 6,96% em 2023.
- ✓ **Transferências correntes:** 1.203.021€ (4,39% do total), maioritariamente relativas a verbas de projetos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e Erasmus+ transferidas para instituições parceiras, evidenciando o dinamismo do IPSantarém na captação de financiamento competitivo e na cooperação interinstitucional.
- ✓ **Aquisição de bens de capital:** 1.295.917€ (4,73% do total), refletindo o investimento na modernização das infraestruturas, com destaque para o início da construção da residência de

estudantes em Rio Maior. Este investimento é crucial para melhorar as condições de apoio social e atratividade da instituição.

- ✓ **Outras despesas correntes:** 131.108€ (0,48% do total), incluindo encargos bancários, seguros, impostos e outras despesas de funcionamento.

Fazendo uma apreciação geral, referiu ainda que em 2023, o Grupo IPSantarém gerou uma receita total de 31.735.173€, incluindo o saldo transitado da gerência anterior. Durante o mesmo período, as despesas efetuadas totalizaram 27.423.205€. A diferença entre a receita total e as despesas resultou num saldo de gerência de 3.076.145€, que será transferido para o ano de 2024. Este saldo inclui montantes provenientes do Orçamento de Estado destinados à 2ª fase da construção da residência de estudantes de Rio Maior, bem como saldos de projetos em curso.

O resultado líquido do Grupo IPSantarém, que integra despesas não monetárias como depreciações e amortizações, foi negativo em 840.159,01€. Estas despesas refletem a perda de valor dos ativos ao longo do tempo devido ao uso, desgaste ou obsolescência, mas não afetam diretamente o fluxo de caixa. Propõe-se que este resultado líquido negativo seja incorporado nos Resultados Transitados, seguindo o normativo contabilístico aplicável.

Em suma, o ano de 2023 ficou marcado por um desempenho globalmente positivo IPSantarém, não obstante o contexto desafiante. A execução orçamental evidenciou um crescimento significativo da receita e da despesa face a 2022, refletindo o dinamismo da instituição na captação de financiamento competitivo, nomeadamente através de candidaturas a projetos nacionais e internacionais, e na qualificação dos seus recursos humanos.

De seguida, o Presidente comentou e explicou alguns aspetos que constam das reservas apresentadas pelo Fiscal Único, na apreciação que fez à Conta Consolidada.

Bases para a opinião com reservas

- ✓ **Divergências no valor contabilizado de amortizações acumuladas:** Foram detetadas divergências no valor contabilizado de amortizações acumuladas dos Ativos Fixos Tangíveis, que não correspondem ao período de vida útil decorrido desde a data do registo inicial. Estas divergências podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, nomeadamente na mensuração do Ativo e do Património Líquido.

Justificação: Nos últimos anos, o Instituto tem vindo a realizar um esforço significativo para atualizar o registo e inventariação dos seus ativos fixos tangíveis. Neste âmbito, procedeu-se à atualização de todos os bens nos últimos 8 anos, representando um avanço considerável. Não obstante, persistem ainda algumas situações mais antigas, nomeadamente no que respeita a edifícios, que foram erradamente registados como novos, encontrando-se ainda dentro do período de amortização quando, na realidade, este já deveria ter terminado. Esta situação conduz a uma sobrevalorização do património do Instituto, uma vez que estes edifícios continuam a ser amortizados, quando o seu período de amortização já deveria ter findado.

- ✓ **Contabilização de participações recebidas do Orçamento de Estado e de fundos comunitários:** Não foi possível confirmar o cumprimento integral do estabelecido na NCP 14 Rendimentos de transações sem contraprestação para a contabilização das participações recebidas do Orçamento de Estado e de fundos comunitários, sob a forma de subsídios ao investimento ou sob a forma de subsídios à exploração.

Justificação: O Instituto tem vindo a reforçar os recursos técnicos afetos à gestão dos inúmeros projetos aprovados e em curso, cofinanciados por fundos nacionais e comunitários. Não obstante, os valores de receita provenientes destas participações são frequentemente transferidos com atrasos significativos pelas entidades financiadoras, dificultando o cumprimento integral do estabelecido na Norma de Contabilidade Pública. De forma a assegurar a execução atempada dos projetos, o Instituto tem contabilizado estas receitas no momento da sua efetiva receção, não obstante as orientações normativas que determinam que tal registo apenas deve ocorrer à medida que os investimentos são realizados. Em todo o caso, apenas desta forma é possível ao Instituto garantir a tesouraria e o financiamento necessário à prossecução dos projetos em curso.

- ✓ **Reconciliações bancárias:** As reconciliações bancárias disponibilizadas pelo IPS apresentam movimentos significativos por regularizar em 2023, como consequência de limitações orçamentais, pois os pagamentos realizados não puderam ser relevados contabilisticamente. Isso resultou em sobrevalorização dos ativos e passivos em cerca de 2 milhões de euros.

Justificação: As limitações orçamentais vivenciadas em 2023 conduziram a que alguns pagamentos, no montante de cerca de 2 milhões de euros, não pudessem ser devidamente relevados na contabilidade por insuficiência de receita cobrada. De forma a assegurar uma gestão de tesouraria mais eficiente, estes pagamentos foram realizados com recurso a verbas disponíveis em depósitos bancários, ainda que não alocadas a esta finalidade. Esta situação resultou numa sobrevalorização temporária dos ativos e passivos no referido montante, a qual foi

devidamente regularizada no exercício de 2024, permitindo uma execução orçamental com menor pressão do lado da despesa.

Perspetivas de futuro

Para 2024, o Presidente considera que o IPSantarém prevê dar continuidade à tendência de crescimento das receitas próprias, em linha com a estratégia de diversificação das fontes de financiamento e de reforço da autonomia financeira da instituição.

Neste âmbito, o IPSantarém continuará a apostar no aumento e melhoria da oferta formativa, na captação de novos públicos, bem como no reforço das parcerias com o tecido empresarial e com outras entidades, com vista ao desenvolvimento de projetos de investigação aplicada e à prestação de serviços especializados.

Adicionalmente, o IPSantarém procurará maximizar a utilização dos fundos europeus, quer do Portugal 2030, quer de programas de gestão centralizada como o Horizonte Europa, para o desenvolvimento de projetos de I&D e inovação em áreas estratégicas para a instituição e para a região.

Ao nível macro, as projeções apontam para uma desaceleração do crescimento económico em 2024, com o PIB a crescer 1,5% em termos reais, num contexto marcado pela persistência de um elevado grau de incerteza geopolítica e por uma política monetária restritiva.

No plano político, a proposta de Orçamento do Estado para 2024 previu uma atualização das dotações de base das instituições de ensino superior com base no número de estudantes, o que contribuirá para a sustentabilidade financeira do IPSantarém e para a prossecução dos seus objetivos estratégicos.

As necessidades de investimento em infraestruturas, equipamentos e projetos poderão ser difíceis de acomodar no orçamento, especialmente se surgirem despesas imprevistas, considerando o subfinanciamento do sistema de ensino superior.

Neste contexto, o IPSantarém manterá uma gestão rigorosa e equilibrada dos recursos, procurando conciliar o investimento na modernização das infraestruturas e equipamentos com a contínua qualificação dos seus recursos humanos, fatores críticos para assegurar a qualidade da oferta formativa e o reforço da notoriedade e atratividade da instituição.

O empenho e sentido de pertença de estudantes, docentes, investigadores, técnicos e dirigentes são o maior ativo para garantir o cumprimento da sua nobre missão.

Colocada à votação a Conta Consolidada do IPSantarém de 2023, foi a mesma aprovada por unanimidade dos membros do Conselho.

Passou, de seguida, ao quarto e último ponto da Ordem de Trabalhos.

Ponto 4: Outros assuntos.

Não houve outros assuntos a abordar neste ponto.

Não havendo mais outros assuntos a tratar, passou-se à elaboração da presente ata, que, depois de redigida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros do Conselho de Gestão que a vão assinar.

Deu-se por encerrada a reunião pelas 13 horas.

O Presidente do IPSantarém



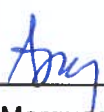
João Moutão

A Vice-presidente do IPSantarém



Sónia Seixas

O Administrador do IPSantarém



António Marques

